

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES

LEI Nº 917/2020

SÚMULA: “REGULAMENTA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, AS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR-RPV A QUE ALUDE O § 3º DO ARTIGO 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:-LEI

Art. 1º—Ficam definidos em R\$ 10.450,00 (dez mil, quatrocentos e cinquenta reais) os débitos da administração direta, autarquias e fundações do Município de Coronel Domingos Soares, oriundos de sentença judicial transitada em julgado, a que alude o § 3º do artigo 100, da Constituição Federal.

§ 1º—Os débitos referidos no “caput”, individualizados por ação judicial, deverão atender o limite estabelecido na data em que os respectivos cálculos se tornarem incontroversos.

§ 2º—É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor total da obrigação prevista neste artigo, seja ela controversa ou incontroversa, ressalvadas as hipóteses de aplicação do art. 23, da Lei Federal nº 8.906/94, reconhecidas em juízo.

§ 3º—É vedada a expedição de precatório suplementar ou complementar do valor pago na forma do “caput”.

§ 4º—É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no “caput”, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta lei.

§ 5º—O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do crédito exequendo.

Art. 2º—O pagamento será efetuado no Juízo da execução, a requerimento da parte credora, no prazo de 90 (noventa) dias, contado do recebimento da requisição pela Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º—O requerimento será instruído com decisão judicial/ou certidão expedida pelo Cartório ou Secretaria do órgão judiciário, comprobatória do trânsito em julgado do processo de conhecimento, da demonstração da liquidez e exigibilidade da obrigação.

§ 2º—Na hipótese do § 4º do art. 1º, o requerimento também será instruído com a renúncia expressa ao excedente do pequeno valor apurado na data do pagamento.

Art. 3º—Constatada a regularidade formal e material da requisição, a Procuradoria-Geral do Município a remeterá à Secretaria Municipal de Finanças para que efetive o pagamento.

Art. 4º—Os créditos já inscritos em precatórios devidos pelas entidades municipais referidas no artigo 1º, não superiores a R\$ 10.450,00 (dez mil, quatrocentos e cinquenta reais), serão pagos integralmente segundo a ordem cronológica de apresentação dentro da categoria própria.

Parágrafo Único—Não serão objeto de parcelamento, os créditos referidos no caput deste artigo, de acordo com o previsto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 5º—Para fazer frente às despesas decorrentes desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários na forma da lei.

Art. 6º—Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Domingos Soares Pr., em 19 de março de 2020.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO AMEIDA-PREFEITA MUNICIPAL

LEI Nº 918/2020

SÚMULA – Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar Especial no Orçamento vigente.

A Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:-LEI

Art. 1º—Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, a abrir um Crédito Adicional Suplementar Especial no Orçamento Geral do Município, referente ao exercício financeiro de 2020, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para atender as seguintes dotações orçamentárias:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	FONTE	VALOR
01	PODER LEGISLATIVO		
01001	CAMARA MUNICIPAL		
01.031.0101.2001	Atividades do Legislativo Municipal		
3390.40.00.00	Serviços de Tecnologia Informação Comunicação Pessoa Jurídica	000	50.000,00
TOTAL DO CRÉDITO			50.000,00

Art. 2º—Para cobertura do presente crédito adicional suplementar, será utilizado como recursos, o cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

CANCELAMENTO:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	FONTE	VALOR
01	PODER LEGISLATIVO		
01001	CAMARA MUNICIPAL		
01.031.0101.2001	Atividades do Legislativo Municipal		
3390.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	000	50.000,00

Art. 3º—Determina o ajuste da Lei nº 798/2017 de 23 de agosto de 2017 – Plano Plurianual (PPA), bem como na Lei nº 889/2019 de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 09 de agosto de 2019 para o exercício financeiro de 2020, e LOA (Lei Orçamentária Anual) nº 907/2019 de 23 de outubro de 2019—nas ações correspondentes a cada uma destas leis.

Art. 4º—Revogadas as disposições em contrário a presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Coronel Domingos Soares Pr., em 19 de março de 2020.

MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA-PREFEITA MUNICIPAL

Cod326686